

## **Relato Pedro Barcellos, um dos advogados das famílias das vítimas no processo da Boate Kiss**

Ceres Victoria e Bryan McCann

*As we (Ceres Victoria and Bryan McCann) conducted our research for this special issue on the Kiss Nightclub Fire, we interviewed survivors, family members of victims and advocates in the struggle for justice. These interviews were central to our research: we could never claim to feel anything like what these interlocutors feel in regard to the tragic fire. But sitting with them and hearing their testimony has been vital to our understanding. We have sincere admiration for their dignity and persistence, and deep appreciation for their willingness to share their stories. We have included two of the most revealing interviews here.*

*We have lightly edited these interviews to maintain the flow of the conversation on the printed page. But we have chosen to maintain informal and local usage of Rio Grande do Sul, to convey the flavor of everyday speech.*

*Quando nós (Ceres Victoria and Bryan McCann) realizamos a pesquisa para esta edição especial sobre o incêndio da Boate Kis, nós entrevistamos sobreviventes, familiares de vítimas e advogados que lutam por justiça. Essas entrevistas foram fundamentais para nossa pesquisa e, embora nós não acreditamos que sabemos o que eles viveram desde o trágico incêndio, sentar com eles e ouvir seus testemunhos têm*

*sido vital para nosso entendimento e organização deste trabalho. Nós temos sincera admiração por sua dignidade e persistência e agradecimento por sua disponibilidade de compartilhar suas histórias. Com a autorização dos interlocutores, nós incluímos duas das entrevistas mais reveladoras que nos concederam.*

*As entrevistas aqui publicadas foram levemente editadas para manter o fluxo da conversação. Nesse sentido, foram suprimidas algumas palavras repetidas, sons que ocupavam momentos de hesitação e segmentos de fala que versavam sobre temas que dispersavam do tema principal da entrevista. Mas no texto foi mantida a linguagem informal que caracterizou os nossos encontros. Foram mantidas expressões linguísticas regionais, tais como vocabulário local, conjugação verbal e formas de concordância nominal características do Rio Grande do Sul a fim de aproximar o(a) leitor(a) do sabor das conversas cotidianas.*

P: Deu a tragédia, daí ela [D. Leones] me falou: “olha, eu perdi meu filho, Igor Stephan”. Ele tinha 18 anos e ele nunca tinha saído de casa. E ele foi no aniversário da filha do Flávio a convite da Andri...aí ela falou: “eu preciso que o senhor vá com a gente,” para trabalhar para a gente. Não tive como dizer não, não tive...“bom, vamos. Vamos batalhar.” E peguei procuração do seu Neri [e] peguei procuração da dona Leones, a mãe. E eu entrei no processo.

P: O Processo...tinha os Promotores. O Joel Dutra e o Maurício Trevisan eram os Promotores do caso. E diversos assistentes de acusação, que seriam os advogados

que representavam as famílias, o que nós chamamos de assistente da acusação. Começou o processo, começou as audiências, as instruções... a instrução do processo. A Associação [AVTSM] tinha um advogado que era um escritório, com diversos advogados, que é o Escritório Jobim.

P: É o ministro da defesa, foi o ministro do STF. E...quem representava, era o sobrinho dele, filho do irmão dele, que era o Walter Jobim Neto. E ele estavam tocando o processo. Começaram a vir informações pelas defesas de que coisas boas não tinham acontecido. Começou a surgir ofícios do Prefeito para o Promotor de Justiça; ofício do Promotor de Justiça para os Bombeiros. E vindo respostas. O Promotor perguntou “a casa [boate], está legal?” e a prefeitura falou “a casa está legal; os bombeiros, não.” Esses ofícios, eles foram trocado antes da tragédia. Porque a casa - a boate Kiss - ela praticava um crime de poluição sonora, ou seja, ela emitia ruídos além do permitido e os vizinhos não conseguiam dormir. Ligava o som [tão alto, a nível] dos copos a andarem nas mesas, assim... [Pedro imita o som de copos se movendo sobre as mesas].

P: Aí foi feito um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - entre o proprietário da casa e o Ministério Público. Esse TAC ele já tinha vindo antes do Elisandro, que era um proprietário, assumir. Os outros proprietários já tinham algo ligado ao Ministério Público por causa da casa; da poluição sonora, do crime ambiental. Pois bem, o que que aconteceu, o Elisandro Spohr foi lá, falar com o Promotor... O Termo de Ajustamento de Conduta falava o seguinte: “ó, vocês têm que

organizar isso aí, não pode ficar assim, não pode ficar vazando [som]. Nós vamos dar o prazo de 120 dias.” Deram o prazo de 120 dias. A casa não ficou.

P: [Eles responderam:] “Nós, nós fizemos tudo que vocês pediram.” [Mas] ligaram o som e vizinho mandou e-mail [dizendo]: “Ó, não está adiantando.” Aí o Ministério Público deu mais 60 dias. E aí, deu a tragédia.

P: Mas vamos voltar lá no início, quando entrei; aí o Jobim era o advogado. E começou aparecer as informações que o Ministério Público sabia da situação da boate. E [isso] caiu nas mãos do Flávio, esses ofícios.

E o Flávio colou cartazes nos postes na rua...foto do prefeito e foto do Promotor de justiça. A Prefeitura e o Ministério Público sabiam, ou eles prevaricaram, ou eles, enfim...

Nisso, o processo tá andando. Eu atendendo a dona Leoni, seu Neri. E o Jobim, atendendo a Associação. Quando deu esses...essa situação do Ministério Público processar os pais, a Associação não gostou da atitude que o Jobim estava tomando na frente do caso. Ou seja, o Ministério Público tinha parte. Ele tinha. Ele devia...ele fez coisa errada, ou ele não fiscalizou, [ou] alguma coisa aconteceu. Aí os pais foram processados. O Presidente Sérgio e Presidente Flávio. Foram processados pelo Ricardo Lozza. O Maurício Trevisan, que era o Promotor do caso e o Joel, processaram o Seu Paulo. E o André de Castro, esse que era o Promotor aposentado, processou a dona Marta. Aí nasce o livro da Daniela

Arbex...

P: Desses quatro casos, o Flávio me liga e fala assim: “olha, eu preciso que tu me atenda . Eu estou sendo processado”...e eu falei: “olha, eu não posso fazer isso.” Ele: “por quê?” “Porque tu tens advogado. E se tu tem advogado, é por uma questão de ética. Eu não posso fazer isso aí.” Então tu fala para o teu advogado, e o teu advogado entra em contato comigo e eu converso com ele.” “Então tá bom” [ele disse]. Ele falou com o advogado que representava ele e o advogado me ligou. O Rodrigo falou: “Pedro, pode assumir o processo. Eu não trabalho na área criminal e tu pode promover a defesa.” “Posso?” “Pode.” “Então, tá bom.” Aí eu assumo a defesa do presidente Flávio nesse caminho. Eles fizeram uma reunião e falaram assim: “A gente não quer mais o Jobim,” porque o Jobim era muito amigo dos Promotores; eles não iam contra os Promotores. E Associação não aceitava isso aí, porque a Associação tinha essa informação de que o Ministério Público fez titica. Não fiscalizou ou fiscalizou mal. Tinha uma placa do Ministério, mas a boate funcionava. A Associação fez uma reunião. E falou: “a gente não quer mais o Jobim, a gente quer tu .” Eu falei: “eu não posso fazer isso, eu não tenho estrutura para vocês. O Ricardo Jobim, ele tem um escritório que tem vinte advogados, dez advogados, quinze advogados. Eu sou um advogado sozinho. Eu costumo falar que eu sou lapidado a facão. Eu não tenho a nobreza que eles têm, o nome que eles têm. Eu estou pela dona Neri e pelo seu Neri, a dona Lione. [Mas eles disseram:] “Não a gente quer tu .” Daí o Jobim entrou em contato, ele falou:

“ó, cara, assume. Eu abro pra ti, eu abro mão.” Então foi aí que eu cheguei até a Associação...

Tendo em vista a minha forma de trabalhar. Porque eu sempre fui para cima. Se tu assinar uma procuração para eu te defender, nós vamos até o inferno. E se o diabo não gostar, o problema dele.

(...)

C: Pedro, o que tu achas das controvérsias sobre a decisão do júri que em dezembro condenou os quatro réus de crime com dolo eventual?

P: O dolo, o dolo eventual é uma linha muito tênue com a culpa consciente. Porque nós vamos partir do princípio assim: dolo, que que é? Dolo é vontade. Homicídio doloso. Ação e resultado. Por exemplo: eu vou matar o Bryan. Eu vou lá e mato o Bryan. Isso é o dolo, a vontade livre e consciente. Mas o que que acontece se eu não quero matar ninguém, mas eu assumo o risco de matar? Aí que dá o dolo eventual. Por exemplo, nós três aqui começamos a beber. Ficamos bebendo, [depois] vamos embora de carro e atropelamos uma pessoa. A pessoa morreu. O Pedro estava dirigindo com álcool no sangue, [mas] a gente sabe que beber e dirigir não pode porque altera os reflexos. E pra dirigir, tu tem que estar com os reflexos perfeitamente aptos. Mas vamos lá. O Pedro estava a quanto por hora? O Pedro estava a 50 [km/h]. Ele freou, mas mesmo assim ele pegou a vítima. Ela bateu a cabeça e morreu. Será que é dolo eventual? Agora [por exemplo] a

Ceres, tá com álcool no sangue; sai a 120 por hora; cruza o sinal; faz pega com outro. Aí ela tá botando em risco todo mundo. Então, esse lance do dolo eventual é um debate que existe há muitos anos. E a gente nunca vai chegar a lugar algum. Que que era a boate Kiss? Lotada...

B: Superlotada.

P: Superlotada.

P: Ligar um artefato numa boate, sem *sprinkler*, lotado, cheia de meninos, que não dava para avançar uma porta, sem extintor, sem Brigada de Incêndio, ninguém treinado. Cara, tu vai correr esse risco?

P: Então...eu sei, eu sei que o debate? É...é...

C: Tô comentando porque isso circula óbvio, entre os advogados né...

P: Nenhum advogado vai dizer que é dolo eventual.

B: Ah é?

P: Nenhum vai dizer, todos vão dizer que não é. Não é dolo eventual. Mas é. Por todas as circunstâncias, o dolo eventual é assim: eu crio risco, existe a previsibilidade, mas mesmo assim eu aceito. Não é aquela história...“ah...se der, foda-se.” Não, não é isso aí. É [quando] todas as circunstâncias demonstram [que] pode dar uma coisa errada. Mesmo assim, vamos fazer? Vamos, [provavelmente] não vai dar nada. Não vai dar. Mas deu. Tu assume o risco. Aceita o risco, sabe, criado por ti. Por mais que tu não queira ...que ninguém

queria matar os 242, mas assumiram o risco de matar, criaram uma situação. Essa é a tese do Ministério Público do dolo eventual. Que eles alegam, seria um incêndio...seguido de morte. E todo mundo aceitou, isso foi um debate feito, tribunal aceitou em botar um dolo eventual, o Superior Tribunal de Justiça aceitou o dolo eventual. Os ministros, se forem juntar todos os votos, são dez, doze pessoas dizendo que é dolo eventual, sim.

C: Quero saber assim, o que que aconteceu com a tua vida, tua vida...

P: Mudou.

C: Mudou?

P: Em todos os sentidos...

C: Pessoal ou profissional?

P: Tudo, tudo, se tu me perguntar ...e voltar lá da estaca zero tu aceitará ? Bah, eu não sei, não sei...eu abri mão de muita coisa pra isso sabe? Da minha vida...

[Ceres balbucia em concordância].

P: Até uma amiga minha professora falou: "tu é conhecido das pessoas. Tu não conhece todas as pessoas, mas as pessoas sabem quem tu é . Então você vai ter que cuidar agora." O que tu faz ? Tem um amigo meu que é advogado que tem um bar em Santa Maria. Um bar que cabem cem pessoas, um pequeno bar. Seguido eu vou lá, eu ia lá, tomar uma cerveja com ele. Eu estava na frente do bar e alguém passou e comentou com uma mãe: "ó, a gente viu o advogado de vocês

aí na frente do bar com uma cerveja na mão.” Uma [cerveja] *long neck*. Aí ela me chamou. A Wanda, era uma fera: “ô, preciso falar contigo.” “Fala, Wanda.” “É o seguinte: tu estava na frente de um bar, bêbado... [Na Associação me disseram:]...passaram lá, e te viram. E o seguinte: tu nos representa . Então tem que cuidar o que tu faz ... tu não pode te expor que vai expor...;” [eu] falei: “eu tenho minha vida particular, eu vou lá, tranquilo. E eu não estava bêbado.” “Só então tu cuida o que tu faz ”. E a partir dali eu tive que ter um monte de cuidado comigo, sabe...de que eu falava, do que eu faria porque, querendo ou não querendo, foram aos poucos me vinculando à Associação.

P: Aí eu chego nos lugares, pessoas falando, aquele ali é o advogado da Kiss. Eu em 2014. Eu adquiri a síndrome do crepúsculo. Por causa da ansiedade, e depois ela...eu tive uma crise de pânico...

C: Bah...

P: Envelheci, então esses tempos eu brinquei com o Flávio. Tem uma foto nossa daí, exceção da verdade. Eu com o cabelo repartido no meio, assim ó. E ele parecia um indiozinho com cabelo, daí eu falei...”ô chefe; olha, olha...aí.” Mostrei a foto, ele falou: “Envelhecemos, hein, cara? Hoje eu tenho meia dúzia de cabelo...que nem os guri , ajeita para cá, ajeita para lá...tá, agora ajeita aqui. Eu sempre tive cabelo repartidinho no meio assim. O Flavio também. Cabelinho pretinho, franjinha.

P: Aprendi a ouvir.

C: Ah...legal.

P: Mais ouvir do que falar, tu olhar uma mãe. E não poder fazer nada.

B: E a Leones como ela está?

P: Dona Leones, cara. A dona Leones perdeu o Igor Stephan; um, dois anos depois, perdeu outro filho por câncer. O menino era cozinheiro e a filha, Elizandra, Elizangela, tentou se matar.

C: Hum.

P: Faz tempo que eu não vejo. Ela, mas olha...

B: Sofreu muito.

P: Tchê, os caras destruíram a cidade, Santa Maria não é mais a mesma coisa. Santa Maria era cidade da alegria. Todo mundo vinha para Santa Maria, mulheres e homens. Jovens...os caras acabaram com uma cidade. Santa Maria não é mais a mesma coisa. E tu fala "Santa Maria," os caras falam "cidade da boate?"...eu estava em Garopaba. que é em Santa Catarina, um cara olhou pra mim assim: "Ó, eu te conheço" ...num posto de gasolina. Eu falei: "Ai, ai, ai, ai, me conhece?" Aí o cara: "teu rosto não é estranho...;" aí tinha um outro amigo comigo, aí ele pegou olhou a placa do meu carro assim: "Santa Maria, lá da boate." Eu falei: "cara, pode ser. Lá da boate, porque eu sou advogado e trabalho no caso." "Bah, eu sabia que eu tinha te visto..."

Eu fui daqui de Santa Maria a Rivera, Livramento, que é divisa com o Uruguai. Rivera é Uruguai, e Santana do Livramento é Brasil. Eu tava com a camisa da boate [da AVTSM]. Daí [na fronteira] o cara [da alfândega disse:] “documento.” Aí eu entreguei minha [carteira] da Ordem [de Advogados do Brasil]. Ele: “*abogado?*” Eu falei: “*si, si, abogado.*” Aí ele: “de onde?” Eu falei: “Santa Maria.” E daí, ele: “*la boate, que passa?*” Eu falei: “está todo mundo solto e o processo está rodando.” Ele: “*só en Brasil, só en Brasil.. acá no, acá la grade,*” diz ele, “*la prisión.*”

B: É verdade mesmo, depois do incêndio do Cromañon...

P: Todo local, em qualquer outro país.

B: O prefeito [lá] foi.

P: Com a Cromañon prenderam todo mundo. Acho que até o Promotor foi. O prefeito, derrubaram o prefeito.

C: O que que vai acontecer agora?

P: É que tudo são passos, né? O passo final era as apelações. Qual era o nosso medo das apelações? Bah, eles vão baixar a pena. Porque a defesa, eles alegaram que o juiz tomou atitudes que causou prejuízo. Os acusadores tiveram atitudes que causaram um prejuízo...e eu fazia parte do órgão acusador. Aí quando teve apelação, eu falei “cara, eu vou de ônibus [de retorno a Santa Maria] com eles. Porque, se anular o júri por culpa minha, eu quero olhar nos olhos deles. Eu não quero ser covarde, ir lá, pegar meu carro e ir embora.” E aí nós já fomos

conversando no ônibus né? [Eles perguntaram:] “O que que vai dar? O que que pode dar?” Falei: “Olha, pode manter o júri e as penas. Que eu acho que é o que vai acontecer. Podem manter o júri e baixar as penas, mas eu acho que bem pouco [provável]. [Eles:] “E podem anular?” “Podem. Mas eu acho que essa ideia é a que menos pode acontecer.” E agora, o que que aconteceu? Entramos com recursos. O Ministério Público entrou com os recursos para Brasília e foram aceitos. Os da defesa não foram. Então agora vai para Brasília, vai para o doutor Rogério Schietti [Cruz], que é o ministro relator. É ele que dá o voto que os outros ministros ou concordam, ou não concordam [se mantêm a anulação ou não]. Aí vai ter um outro júri. Só que essa brincadeira desse júri em Porto Alegre, cara, o que eu ouvi, é que foram gasto cem milhões. Aí já me falaram que não foi cem milhões, que foram cento e sessenta milhões. E aí, vamos fazer tudo de novo? Quanto é que nós vamos gastar e o dinheiro é público. E agora ficou essa situação. Mantém, não mantém, o júri. E Brasília, vai decidir...lá sim; lá não tem opinião. Lá está decidido, está decidido. Então agora está nessa situação. O Flávio, quer ir pra Brasília, quer meter uma tenda lá e ficar lá até julgarem.

B: Quando é que vai sair?

P: Ninguém sabe. Não tem previsão. Tem gente que tá falando isso aí que vai mais três, quatro anos. Eu acho que vai mais cinco, seis meses...agora, [se] anular o júri, vai demorar quatro, cinco anos.

C: Me diz uma coisa, a anulação foi só por technicalidades, né?

P: Técnica, puramente técnica.

Note: The editors have lightly edited this interview to maintain the flow of the conversation on the printed page. But we have chosen to maintain informal and local usage of Rio Grande do Sul, to convey the flavor of everyday speech.